Notícias do dia 25 de setembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 2 | Número de veículos: 2

NOSSO GOIÁS - ONLINE - NOTICIAS
TCE - GO
Municípios goianos assumem compromisso com o Pacto Goiano Pela Primeira Infância, que é integrado pelo MPGO
. 3

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-PA reafirma compromisso com o Pacto Nacional pela Primeira Infância em seminário comemorativo
. 5

Municípios goianos assumem compromisso com o Pacto Goiano Pela Primeira Infância, que é integrado pelo MPGO

Denilson

Ato simbólico de compromisso ocorreu no palco do auditório

Dezenas de municípios de **Goiás** aderiram na última quinta-feira (14/9) ao Pacto Goiano pela Primeira Infância, que buscar unir esforços do sistema de Justiça, de órgãos públicos do Poder Executivo e de entidades do terceiro setor e da academia para efetivar direitos previstos na legislação para a população brasileira com menos de 6 anos, a faixa etária de maior importância para o desenvolvimento de uma criança.

A adesão dos gestores municipais ocorreu em evento promovido com essa finalidade pelo Comitê Goiano do **Pacto Nacional pela Primeira Infância**, que tem entre seus integrantes o Ministério Público de **Goiás** (MPGO). O encontro foi realizado ao longo de todo o dia no auditório do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**).

O ato simbólico de registrar com tinta das palmas das mãos em um mural e uma foto no palco do auditório selou o compromisso de prefeitas e prefeitos. Antes desse momento, o evento contou com palestras e exposições práticas, com orientações sobre a elaboração dos planos municipais da primeira infância e apresentação de uma boa prática - o plano intersetorial do município de Luziânia.

Convidado do evento, o procurador-geral de Justiça de **Goiás**, Cyro Terra Peres, reforçou em sua fala a necessidade de tornar realidade as políticas voltadas para a primeira infância, o que sempre foi uma preocupação do Ministério Público. "A nossa incumbência sempre foi cuidar da infância e da adolescência. Se há uma instituição que tem como dever cuidar da infância é o Ministério Público", lembrando que grande parte da legislação relacionada à criança e ao adolescente nasceu de articulações da instituição.

O procurador-geral reforçou que, para tornar efetiva essa priorização das políticas para a infância, é essencial um trabalho coletivo, em conjunto. "Sabemos que ninguém faz nada sozinho. É muito bom para o Ministério Público participar de construções coletivas", salientou, pontuando a intenção da instituição de colaborar com os gestores, prefeitas e prefeitos, para que "as normas saiam do papel". Entre essas ações que demandam apoio, Cyro Terra Peres citou a retomada de obras da educação básica, o repasse de recursos para essa área e o resgate da cobertura vacinal adequada na primeira infância.

A importância do engajamento dos municípios com o pacto foi destacada pelo presidente do Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), desembargador Carlos Alberto França - o Poder Judiciário foi um dos idealizadores da formação do Comitê Goiano e da adesão das instituições ao compromisso com a primeira infância. "Os senhores prefeitos e suas equipes precisam se envolver nesta temática. Sabemos que não é fácil, mas, sem o envolvimento dos municípios, que estão próximos da sociedade, das crianças, dos cidadãos, esse pacto pela primeira infância não atingirá a todas e todos como precisa atingir", sublinhou.

França aconselhou as gestoras e gestores a fazerem uso do apoio dos poderes e instituições, como o Judiciário e o MP, para ter ideias, orientações, para que possam "fazer algo mais pela primeira infância". Na avaliação do presidente do TJGO, esse trabalho vai representar um legado, o do cuidado com a cidadão e o cidadão do futuro.

Um dos idealizadores do encontro, o **conselheiro Edson Ferrari**, do **TCE**-**GO**, que preside o Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa, observou que os tribunais de contas vêm intensificando sua preocupação com as políticas públicas, entre as quais a situação da primeira infância no País. Defendeu ainda a inclusão do tema nos orçamentos públicos e apresentou números constantes no Portal da Primeira Infância, hospedado no site do **TCE**-**GO**, que traz indicadores nacionais e regionais que mostram a situação preocupante das crianças na faixa etária entre 0 a 6 anos no Brasil.

Também discursaram no evento o defensor público-

geral do Estado, Tiago Gregório Fernandes; o deputado federal Zacharias Calil, coordenador da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância do Congresso Nacional; o deputado estadual Cairo Salim, representando a Assembleia Legislativa de **Goiás**, e o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Joaquim de Castro.

Antes das falas, crianças do Centro de Educação Infantil Suely Paschoal, que funciona na sede do **TCE-GO**, fizeram uma apresentação musical que cativou os presentes. Também em sintonia com o tema do evento, um painel na entrada do auditório atraiu a atenção: desenhos de estudantes dos 246 municípios goianos, mostrando o que esperam que seja feito pelo poder público. Nos esboços, as crianças mostraram sua preocupação com a segurança e transporte escolar e desenharam obras públicas em geral, como escolas, hospitais, parques, estradas e até espaços para cuidar dos animais de rua.

Coordenadora da Área da Educação do MPGO, a promotora Vanessa Goulart Barbosa, que participou de todas as atividades do evento, ressaltou a importância do compromisso dos gestores municipais. "Hoje, os municípios deram um passo muito importante ao aderirem ao Pacto Goiano pela Primeira Infância, pois demonstraram interesse na priorização dessa faixa etária em suas políticas públicas, programas e ações".

Ela lembrou que o objetivo da mobilização e do compromisso dos municípios é impulsionar a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos no Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016). Vanessa Goulart explica que a priorização dessa faixa etária se justifica porque o período que compreende a gestação até os seis primeiros anos de vida é "fundamental para o desenvolvimento do ser humano em seus aspectos físico, psíquico, emocional, cognitivo e social".

Segundo detalhou, a partir do compromisso, as prefeitas e prefeitos devem criar programas, serviços e iniciativas baseadas no desenvolvimento integral das crianças desde o nascimento até os 6 anos, nas áreas prioritárias da saúde, alimentação e nutrição, educação infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social à família da criança, cultura, lazer, meio ambiente, dentre outras.

A coordenadora reforçou que o **TCE** disponibilizou em seu site indicadores oficiais sobre a primeira infância, que podem ser consultados por município, a fim de subsidiar a elaboração dessas políticas públicas, tais como números de consultas pré-natal, mortalidade materna, partos cesáreos, baixo peso ao nascer, mortalidade infantil, mortalidade na infância, imunização, crianças em creches, crianças na pré-escola, dentre outros (acesse aqui).

"Após assumido o compromisso pelos prefeitos, eles devem instituir comitê intersetorial municipal de políticas públicas para a primeira infância, com participação de diversas secretarias, a fim de elaborar um Plano Municipal Intersetorial pela Primeira Infância (PMPI), a exemplo do que foi feito em Luziânia, visando à efetivação de direitos previstos na legislação", explicou a promotora. Como exemplo, citou o caso de municípios que possuem crianças de 0 a 6 anos não matriculadas na pré-escola, que deverão elaborar um plano de expansão de vagas da educação infantil. Outro exemplo é de municípios com baixos índices de imunização, que precisarão definir estratégias para o alcance das metas de vacinação constantes do plano nacional de imunização.

Vanessa Goulart observou que o Ministério Público vai acompanhar o desenvolvimento dos planos nos municípios. A importância da efetivação desses planos foi reiterada pelo coordenador da Área da Infância e Juventude, Pedro de Mello Florentino, que também esteve presente no evento de hoje.

Ele pontuou que os planos municipais consistirão na elaboração de metas para aprimorar os índices relacionados à primeira infância, "o que resultará em uma melhora sensível de políticas públicas nas áreas da saúde, educação e assistência social". Sendo assim, avaliou o promotor, ao fomentar as adesões ao pacto, "o Ministério Público resguarda a prioridade absoluta da infância e juventude, protege a saúde, a educação e a convivência familiar, bem como o desenvolvimento saudável nos primeiros seis anos de vida".

Com informações da Assessoria de Comunicação Social do MPGO, com informações do site do **TCE-GO**

Site: https://nossogoias.com.br/2023/09/25/municipios-goianos-assumem-compromisso-com-o-pacto-goiano-pela-primeira-infancia-que-e-integrado-pelo-mpgo/

TCE-PA reafirma compromisso com o Pacto Nacional pela Primeira Infância em seminário comemorativo

O **Conselheiro** Corregedor do **Tribunal de Contas do Estado** do Pará (**TCE**-PA), Luís Cunha, participou da celebração dos quatro anos do **Pacto Nacional pela Primeira Infância**, representando a **Conselheira** Presidente Rosa Egídia Crispino C. Lopes em seminário comemorativo realizado na sexta-feira, 22, na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília-DF, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa contou com a parceria de diversos órgãos públicos engajados em ações voltadas para o bem-estar de crianças de 0 a 6 anos.

O **Pacto Nacional pela Primeira Infância** foi assinado no dia 25 de junho de 2019, envolvendo instituições dos três poderes nacionais (Executivo, Judiciário e Legislativo), além de contar com a adesão de organizações da sociedade civil. Os objetivos iniciais eram realizar o diagnóstico, a formação de agentes e a divulgação de boas práticas capazes de tornar a Administração Pública mais eficiente no tocante à proteção da Primeira Infância no Brasil. O Pacto visa ainda ao impulsionamento da implementação do Marco Legal da Primeira Infância, com a participação de apoiadores nas diversas esferas administrativas.

O **Conselheiro** Corregedor Luís Cunha prestigiou a participação do Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) César Miola, o qual defendeu como prioridade a Primeira Infância nos planejamentos de destinação dos recursos públicos.

Na avaliação do **Conselheiro** Luís Cunha, o seminário foi extremamente significativo, considerando o número expressivo de participantes do **Pacto Nacional pela Primeira Infância**, o qual conta com mais de 300 signatários. "Destaco o comprometimento das mais altas autoridades da República com a Primeira Infância e o crescente engajamento dos agentes públicos e cidadãos comuns nas causas envolvendo as nossas crianças de 0 a 6 anos", disse o **Conselheiro** Corregedor do **TCE**-PA.

Também participou da comemoração o **Conselheiro Edson Ferrari**, membro do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**) e Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa, uma das organizações integrantes do Pacto.

Compromisso - Durante a abertura da programação, a presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministra Rosa Weber, enfatizou a importância do reconhecimento dos direitos específicos das crianças em uma das principais fases de suas vidas, a Primeira Infância, a qual deve ser prioridade absoluta para o Poder Público, conforme o estabelecido no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Na sequência, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, conduziu a conferência magna "O Respeito à Diversidade na Primeira Infância como Direito Humano". Ele fez o convite para que a população compareça às eleições das lideranças dos conselhos tutelares, que ocorrerão em todo o país em 1º de outubro.

Outro ponto alto do evento foi o lançamento do Projeto "Diversidade das Primeiras Infâncias", o qual dá início a uma segunda fase do **Pacto Nacional pela Primeira Infância**, tendo como foco a atenção especial dos seus participantes para as vulnerabilidades específicas das crianças negras, indígenas, do povo romani, com deficiências, entre outros grupos com demandas especiais.

Site: https://www.tcepa.tc.br/comunicacao/noticias/7546-tce-pa-reafirma-compromisso-com-o-pacto-nacional-pela-primeira-infancia-em-seminario-comemorativo